

04/04/2013

PLENÁRIO

**AG.REG. NA AÇÃO PENAL 674 PERNAMBUCO**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: JOSÉ AUGUSTO MAIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DAMIANA MARIA SANTOS SILVA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>

**EMENTA**

ACÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. DESMEMBRAMENTO. ART. 80 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE.

1. O Supremo Tribunal Federal, diante de sua estrutura limitada, tem, em vários casos criminais de sua competência originária, determinado o desmembramento do feito.

2. Não é possível tratar a questão do desmembramento de forma geral e abstrata, sendo ela sensível, como permite o mencionado art. 80, a questões de conveniência e oportunidade. Caso no qual o número expressivo de coacusados recomenda o desmembramento.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia, e, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Teori Zavascki.

Brasília, 04 de abril de 2013.

**AP 674 AGR / PE**

Ministra Rosa Weber  
Relatora

04/04/2013

PLENÁRIO

**AG.REG. NA AÇÃO PENAL 674 PERNAMBUCO**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: JOSÉ AUGUSTO MAIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DAMIANA MARIA SANTOS SILVA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>

**RELATÓRIO**

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** Trata-se de agravo regimental contra decisão monocrática de minha lavra proferida no âmbito da Ação Penal 674, em que deferi o desmembramento do feito requerido pelo Procurador-Geral da República.

Originariamente, a ação penal fora proposta na Vara Criminal da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco, contra José Augusto Maia, Severino Manoel de França, Gislaine Ramos de Araújo, Luiz Bezerra da Costa, Josemar Clemente Silva, Roberto José de Lima Aragão dos Santos, Rosani Aragão dos Santos e Helder Viegas Monteiro de Carvalho por crimes do art. 89 e 90 da Lei nº 8.666/1993 e art. 288 do Código Penal, datando o recebimento da denúncia em 21.5.2009 (fl. 686). Citados, os acusados apresentaram defesa preliminar, conforme certidão da fl. 2.017, com ressalva da acusada Gislaine, que, apesar de citada, não se defendeu nem constituiu defensor, e de Roberto José Bonifácio e Helder Viegas Monteiro de Carvalho, que não foram citados (fls. 762 e 2.003).

Remetidos os autos a este Supremo Tribunal Federal, por estar a exercer, o acusado José Augusto Maia, o mandato de Deputado Federal, foi ouvido o Procurador-Geral da República, que ratificou a denúncia apresentada e requereu o desmembramento do feito, com a manutenção da ação, perante esta Suprema Corte, somente quanto ao acusado detentor do foro especial por prerrogativa de função (fls. 2.035-41).

**AP 674 AGR / PE**

Intimados os acusados com defensores constituídos, e a Defensoria Pública da União quanto aos demais, o defensor do acusado Severino Manoel de França manifestou-se favoravelmente ao desmembramento (fls. 2.049), e os defensores de Josemar Clemente Silva, Luiz Bezerra da Costa, Gislaine Ramos de Araújo, Helder Viegas Monteiro de Carvalho e José Augusto Maia em sentido contrário (fls. 2.051-4, 2.056-61, 2.063-6 e 2.069). Os demais silenciaram.

Como adiantado, deferi o desmembramento requerido pelo Ministério Público Federal, consoante decisão das fls. 2.074-8, que desafiou o presente agravo regimental. Sustenta a Defesa de José Augusto Maia (fls. 2.087-9), em síntese, a conveniência da manutenção de todos os acusados no polo passivo, inclusive para julgamento da imputação do crime do art. 288 do Código Penal.

O Procurador-Geral da República manifestou-se pela manutenção da decisão atacada (fls. 2.114-6).

**É o Relatório.**

04/04/2013

PLENÁRIO

AG.REG. NA AÇÃO PENAL 674 PERNAMBUCO

## VOTO

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** Pouco há a acrescentar além do que consta da decisão atacada.

Necessária breve digressão quanto ao objeto da ação penal.

Em síntese, segundo a denúncia, teriam sido fraudadas as licitações 001/2004, 02/2004, 29/2005, 30/2005, 60/2005 e 70/2005 para aquisição de merenda escolar. A empresa Josefa das Dores Ramos ME, vencedora de diversas licitações, seria, em realidade, uma entidade fantasma.

A documentação das licitações indica a participação nos certames de Ana Cristina de Lima, Maria Anunciada dos Santos e José Roberto Alves da Silva, mas a investigação teria revelado serem pessoas simples, cujos nomes teriam sido indevidamente utilizados.

Os acusados, com ressalva do ora agravante, eram componentes da comissão de licitação que conduziu os certames.

Já o agravante, José Augusto Maia, era à época dos fatos Prefeito do Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE, e sua responsabilização decorreria de haver nomeado os componentes da comissão de licitação, homologado os procedimentos licitatórios e ordenado os pagamentos.

Os fatos configurariam os crimes do art. 89 e 90 da Lei nº 8.666/1993 e art. 288 do Código Penal.

Ora, o Supremo tem competência constitucional originária para o processo e julgamento de crimes imputados a determinados agentes políticos e autoridades públicas, detentores de foro privilegiado por prerrogativa de função, dentre eles parlamentares federais (art. 102, I, "b", da Constituição Federal).

A teor dos artigos 76, 77 e 79 do Código de Processo Penal, que dispõem sobre a modificação de competência por força de conexão ou continência, tal competência pode alcançar, por prorrogação, os crimes conexos e os coacusados desses mesmos crimes.

**AP 674 AGR / PE**

Consabido, de outra parte, que os institutos da conexão e da continência, aplicáveis em todos os ramos e órgãos do Poder Judiciário, visam, presente sua *ratio essendi*, a propiciar a instrução e julgamento conjuntos de processos de modo a prevenir dispersão de provas e decisões contraditórias. Preleciona José Frederico Marques, forte na lição de Hélié, que o princípio da indivisibilidade do processo e da junção dos procedimentos conexos resulta não da lei, mas da necessidade das coisas, contribuindo para a economia processual e para evitar decisões divergentes ou contraditórias e constituindo, enquanto possibilita uma visão mais completa dos fatos e da causa, fator de melhor aplicação jurisdicional do direito ((Tratado de Direito Processual Penal. Ed. Saraiva: 1980, São Paulo, p. 371).

Nessa linha, é certo que a jurisprudência desta Casa tem sido no sentido de afirmar sua competência para julgar crimes conexos e continentes aos crimes praticados por detentores do foro privilegiado, como ainda recentemente o fez ao apreciar a Ação Penal 470.

Também verdade que, na espécie, as imputações dizem com crimes previstos na Lei de Licitações e com o delito de bando ou quadrilha do art. 288 do CPP, sendo os demais denunciados os membros da Comissão de Licitação nomeados pelo ora agravante, enquanto Prefeito do Município. Ocorre que a norma do art. 80 do Código de Processo Penal contempla a separação facultativa dos processos, mesmo presente a conexão e a continência, nos seguintes termos:

“Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação”.

Como observa Guilherme de Souza Nucci, em sua obra Código DE Processo Penal Comentado, Ed. Revista dos Tribunais, a junção dos processos, em princípio recomendada para melhor apreciação da prova, evitando-se decisões conflituosas, pode se mostrar inconveniente, seja por

**AP 674 AGR / PE**

tornar mais difícil a fase probatória, seja pelo envolvimento de muitos réus, ou por razões outras que somente o caso concreto pode determinar. Em outras palavras, o preceito, em sua literalidade, atribui uma faculdade ao juiz, com exercício informado por juízo de conveniência e oportunidade, pelo que esta Suprema Corte, diante de sua estrutura limitada, tem, em vários casos criminais de sua competência originária, determinado o desmembramento do feito em tais condições. Trata-se de procedimento, repito, autorizado pela letra do transcrito art. 80 do Código de Processo Penal e pela jurisprudência desta Corte.

Não é possível tratar a questão do desmembramento de forma geral e abstrata, sensível que é, enfatizo, a questões de conveniência e oportunidade.

Evidentemente, para a formação da prova e para evitar dissipação dos elementos de convicção, seria o ideal manter todos os acusados no polo passivo.

Ocorre que aqui, manter os oito acusados no polo passivo, alguns ainda não encontrados e vários com defensores diferenciados, levaria, com todos os consectários correspondentes, a uma instrução e a um julgamento excessivamente demorado, considerando, como já adiantado, a estrutura limitada desta Suprema Corte.

Não é questão puramente pragmática, pois visa também à observância da garantia constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXXVIII, da Constituição Federal), direito este de todos e que no processo penal é titularizado tanto pelo acusado como pela vítima, seja esta pessoa determinada ou toda a sociedade.

Com base nesse entendimento, e para bem do andamento do processo, deferi o desmembramento, mantendo somente o acusado detentor do foro com prerrogativa de função.

As razões do agravo não justificam alteração do decidido.

Agrego que optei, atendendo o pedido do Ministério Público Federal, pelo desmembramento, após ponderar as vantagens e as desvantagens decorrentes da medida. A discordância da parte agravante quanto à conveniência da medida não é suficiente para justificar a revisão

**AP 674 AGR / PE**

do decidido, que, como visto, guarda consonância com a manifestação de outro acusado a respeito.

Não vislumbro prejuízo à instrução e ao julgamento das imputações, inclusive em relação ao crime do art. 288 do Código Penal. Serão, para tal fim, consideradas no momento oportuno as provas produzidas pelo Ministério Público a respeito dos fatos delitivos, viável, em tese, reconhecer a prática dos crimes em coautoria e mesmo a tipificação do crime de quadrilha. O que importa não é a permanência dos coacusados no polo passivo, mas sim as provas dos fatos criminosos, cuja produção não fica necessariamente prejudicada pelo desmembramento.

**Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo regimental, mantendo o desmembramento.**



**04/04/2013**

**PLENÁRIO**

**AG.REG. NA AÇÃO PENAL 674 PERNAMBUCO**

**EXPLICAÇÃO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Ministro, estudando esse caso, eu verifiquei, até por dever de justiça, fiz uma análise aqui e verifiquei que a Ministra Rosa Weber é super criteriosa nessas questões de desmembramento.

De sorte que, se Vossa Excelência concluiu nesse sentido, pelos precedentes de Vossa Excelência, Vossa Excelência tem toda razão. Quer dizer, não há nenhum embaraço à prestação... Vossa Excelência determinou, neste caso, o desmembramento, o Ministério Público...

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (RELATORA)** - No caso, indico o requerimento ao Ministério Público, autor da ação, agora.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Exato. E eu aqui cito como Vossa Excelência tem sido criteriosa, para legitimar mais essa sua decisão.



**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NA AÇÃO PENAL 674**

PROCED. : PERNAMBUCO

**RELATORA : MIN. ROSA WEBER**

AGTE.(S) : JOSÉ AUGUSTO MAIA

ADV.(A/S) : DAMIANA MARIA SANTOS SILVA

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, negou provimento ao agravo regimental. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia, e, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Teori Zavascki. Plenário, 04.04.2013.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber.

Vice-Procuradora-Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.

p/ Carlos Alberto Cantanhede  
Secretário